

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas ao Pregão Eletrônico nº. 008/2014.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.2. Processo nº 001762-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Marilda Paes Barreto Marques dos Santos e Márcio Santos da Cruz

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelos servidores Márcio Santos da Cruz e Marilda Paes Barreto Marques dos Santos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.3. Processo nº 000013-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Conselho Escolar. Est. Ens. Fund. Lauro Sodré

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível irregularidade na prestação de contas do Conselho Escolar Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lauro Sodré, exercício 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.4. Processo nº 000034-150/2014

Requerente(s): Tereza Regina Cordovil

Requerido(s): Secretaria de Estado de Administração

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas no relatório da Auditoria Geral do Estado nº. 071/2008, no âmbito da Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.5. Processo nº 001279-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Transportes

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão da contratação da empresa PROJECT.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.6. Processo nº 001482-036/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): José Alessandro Souza de Oliveira

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar prática de poluição sonora, em razão de descarga adulterada de motocicleta de propriedade do Sr. José Alessandro Souza de Oliveira, no município de Benevides.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, de acordo com a Resolução nº. 179/2017-CNMP e art. 8º da Resolução nº. 002/2018-CSMP.

1.1.7. Processo nº 000102-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação nº 001/2011-NLIC/SEDUC, pela Secretaria de Estado de Educação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.8. Processo nº 001749-070/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Greicio Hilario Lira

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar possível irregularidade nas contas da Associação Renascer Vidas, referente ao ano calendário de 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.9. Processo nº 000030-808/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Altamira, Norte Energia S.A.

Origem: 7ª PJ Cível de Altamira

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no despejo de dejetos sanitários da rede de saneamento construída pela Empresa Norte Energia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.10. Processo nº 000979-139/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Proprietários de Farmácias de Concórdia do Pará

Origem: PJ de Concórdia do Pará

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento das farmácias do município de Concórdia do Pará que não continham farmacêuticos em seu quadro pessoal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, de acordo com a Resolução nº. 179/2017-CNMP e art. 8º da Resolução nº. 002/2018-CSMP.

1.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

1.2.1. Processo nº 000073-440/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): HAPVIDA

Origem: 3º PJ do Consumidor de Belém

Assunto: Apurar suposta negligência e má prestação do serviço de saúde no Hospital Layr Maia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.2. Processo nº 001972-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Belém - SEMEC

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apura supostas irregularidades com relação à Inexigibilidade de Licitação pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, por não existir elementos que indiquem a ocorrência de ato de improbidade administrativa.

1.2.3. Processo nº 000079-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação à situação do Hospital Público Estadual Galileu, localizado no município de Ananindeua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.4. Processo nº 000009-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas na SEDUC referente à folha de pagamento dos servidores, conforme Relatório de Auditoria nº 038/2009, formulado pela AGE.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, devendo haver designação de novo membro para atuar no feito, considerando o princípio da independência funcional, nos termos do art. 9º, §4º, da Lei nº. 7347/85 e art. 27, §3º, inciso II, da Resolução nº 007/2019, do Colégio de Procuradores de Justiça.

1.2.5. Processo nº 000134-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Progama Credpará - Banco Cidadão

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades constatadas pela Auditoria Geral do Estado no Programa Credpará - Banco Cidadão.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.6. Processo nº 005073-922/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Brazauro Recursos Minerais S.A

Origem: 4ª PJ de Itaituba

Assunto: Investigar suposta violação de direitos coletivos da Comunidade do Tocantinzinho, Município de Itaituba.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.2.7. Processo nº 000293-808/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Centrais Elétricas do Estado Pará S/A

Origem: 7ª PJ Cível de Altamira

Assunto: Investigar os valores de reajustes repassados pelas Centrais Elé-